



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a)

b)

Proposta de Decreto Legislativo Regional

Regime de licenciamento de exploração e registo de máquinas de diversão

Na Região Autónoma dos Açores, o regime jurídico do licenciamento de exploração e registo de máquinas de diversão, estabelecido no Decreto Legislativo Regional n° 14/86/A, de 10 de Julho, acolheu os princípios do Decreto-Lei n° 21/85, de 17 de Janeiro, diploma manifestamente restrito, na sua aplicação ao território do continente português.

Com a publicação do Decreto-Lei n° 316/95, de 28 de Novembro, que aprovou o regime jurídico do licenciamento do exercício, entre outras actividades, da exploração de máquinas de diversão, foi revogado o Decreto-Lei n° 21/85, de 17 de Janeiro. Na Região, continuou a aplicar-se o Decreto Legislativo Regional n° 14/86/A, de 10 de Julho, somente quanto a esta actividade, conforme o disposto no n° 2 do artigo 26° do Regulamento Policial da Região Autónoma dos Açores, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n° 18/96/A, de 6 de Agosto.

As máquinas de diversão inserem-se numa matéria mais vasta que é a actividade de jogo, que, assumindo várias formas, não podem ser dissociadas entre si

De facto, o jogo, enquanto actividade humana, contém elementos psicológicos e sociológicos que aproximam e condicionam o enquadramento jurídico que das suas formas se faça.

Na Região, a matéria objecto da presente proposta de decreto legislativo regional assume particular configuração, em função da realidade insular, carecendo de especial e complementar tratamento legislativo face ao ordenamento jurídico nacional.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a)

b)

Com efeito, estando a exploração e prática de qualquer jogo demarcada territorialmente, no caso da exploração e prática do jogo em máquinas de diversão, esse território são os locais em que são postas a exploração. Locais esses, na Região, inseridos num contexto insular, demográfico, sócio-económico e cultural próprio, competindo aos órgãos próprios da Região interpretá-lo, assegurando, do mesmo modo, a coerência de actuação. Aliás, revelador desse interesse está no facto da Região, desde 1979, em matéria de jogo, dispor das atribuições e competências transferidas pelo Estado.

Por outro lado, a previsão da criação da zona de jogo dos Açores, para efeitos de exploração e prática de jogos de fortuna ou azar, no Decreto-Lei n° 10/95, de 19 de Janeiro, que alterou e republicou em anexo o Decreto-Lei n° 422/89, de 2 de Dezembro, não pode ser dissociada da matéria objecto da presente proposta de diploma.

Considerando a desactualização do Decreto Legislativo Regional n° 14/86/A, de 10 de Julho, a presente proposta de decreto legislativo regional procede a harmonização dos dois regimes, atendendo ao interesse próprio da Região.

Assim, mantém-se a proibição da exploração de máquinas que desenvolvam temas próprios dos jogos de fortuna ou azar ou apresentem como resultado pontuações dependentes exclusiva ou fundamentalmente da sorte, reguladas pelo Decreto-Lei n° 422/89, de 2 de Dezembro, salvo na zona de jogo dos Açores criada pelo Decreto-Lei n° n° 10/95, de 19 de Janeiro, e a proibição da exploração de máquinas em recintos ou estabelecimentos que não sejam licenciados para a exploração exclusiva de jogos. Garante-se, deste modo, no regime jurídico estabelecido, o núcleo central do interesse específico.

Procede-se à actualização do conceito de máquinas de diversão e dos documentos que devem instruir o registo e a licença de exploração, bem como os elementos constantes da inscrição ou dístico a afixar na própria máquina.

- a) Departamento Governamental
- b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a) _____

b) _____

Igualmente se acolhem as inovações do Decreto-Lei n° 316/95, de 28 de Novembro, designadamente no que diz respeito à prática de jogos pelos maiores de 12 anos quando acompanhados por quem exerce o poder paternal, continuando a interdição a menores de 16 anos como regra geral, a proibição da exploração de máquinas em recinto situado nas proximidades de estabelecimentos de ensino e a permissão de instalação de aparelhos destinados à venda de produtos ou bebidas não alcoólicas no recinto.

Procurou-se clarificar no texto legal a intervenção da Inspeção-Geral Jogos no processo de registo e licenciamento. Assim, aquela Inspeção-Geral, cuja actuação abrange todo o território nacional nos termos do Decreto-Lei n° 184/88, de 25 de Maio, procede, neste âmbito, à classificação dos temas dos jogos, sendo o serviço técnico consultivo e pericial nessa matéria.

Optou-se ainda por uniformizar face ao Decreto-Lei n° 316/95, de 28 de Novembro, as infracções que constituem contra-ordenações e os valores do limites das coimas, actualizando-os.

Assim, nos termos da alínea t) do artigo 60° do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa Regional a seguinte Proposta de Decreto Legislativo Regional:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a)

b)

Capítulo I

Âmbito

Artigo 1º

(Âmbito)

O exercício da actividade de exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão é regulado pelo presente diploma.

Artigo 2º

(Definição)

1 - Para efeitos do presente diploma, consideram-se máquinas de diversão:

a) Aquelas que, não pagando prémios em dinheiro, fichas ou coisas com valor económico, desenvolvem jogos cujos resultados dependem exclusiva e fundamentalmente da perícia do utilizador, sendo permitido que ao utilizador seja concedido o prolongamento da utilização gratuita da máquina face a pontuação obtida;

b) Aquelas que, tendo as características definidas na alínea anterior, permitem a apreensão de objectos cujo valor económico não exceda três vezes a importância despendida pelo utilizador.

2- As máquinas que, não pagando directamente prémios em fichas ou moedas, desenvolvam temas próprios dos jogos de fortuna ou azar ou apresentem como resultado pontuações dependentes exclusiva ou fundamentalmente da sorte, são reguladas pelo Decreto-Lei n° 422/89, de 2 de Dezembro, e diplomas regulamentares.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a) _____

b) _____

Capítulo II

Registo

Artigo 3º

(Obrigatoriedade)

Nenhuma máquina submetida ao regime deste diploma pode ser posta em exploração sem registo prévio na Região, ainda que já tenha sido registada noutra ou noutras locais do País.

Artigo 4º.

(Requerimento)

1- O registo é requerido pelo proprietário da máquina ao Secretário Regional Adjunto da Presidência.

2- O requerimento do registo é formulado em relação a cada máquina, do qual constará a identificação completa do requerente, bem como a identificação da máquina pela respectiva marca, número de fabrico e de funcionamento.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a)

b)

Artigo 5º

(Instrução do pedido)

1- O requerimento para o registo de cada máquina é instruído com os seguintes documentos:

1) Máquinas importadas:

- a) Documento comprovativo da apresentação da declaração de rendimentos do requerente, respeitante ao ano anterior, ou de que não está sujeito ao cumprimento dessa obrigação, em conformidade com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares ou com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, conforme o caso;
- b) Documento comprovativo de que o adquirente é sujeito passivo do imposto sobre o valor acrescentado;
- c) No caso de importação de países exteriores a União Europeia, cópia autenticada dos documentos que fazem parte integrante do despacho de importação, contendo dados identificativos da máquina que se pretende registar com indicação das referências relativas ao mesmo despacho.
- d) Factura ou documento equivalente, emitida de acordo com os requisitos previstos no Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.
- e) Documento emitido pela Inspeção-Geral de Jogos que comprove a classificação dos temas de jogo.

2 - Máquinas produzidas ou montadas no País:

- a) Os documentos referidos nas alíneas a) e b) do número anterior;
- b) Factura ou documento equivalente que contenha os elementos identificativos da máquina, nomeadamente número de fábrica, modelo e fabricante.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a) _____

b) _____

3 - Quando se tratar de máquina já registada nouro local do País, será apenas necessária a apresentação do documento comprovativo do registo anterior, cujo cancelamento se promovera.

Artigo 6º

(Temas dos jogos)

A importação, fabrico, montagem e venda de máquinas de diversão obrigam a classificação dos respectivos temas de jogo pela Inspeção-Geral de Jogos nos termos do artigo 19º do Decreto-Lei nº 316/95, de 28 de Novembro.

Artigo 7º

(Título de registo)

1 - Preenchidos os requisitos exigidos no artigo 5º, o Secretário Regional Adjunto da Presidência mandará emitir o título de registo, que acompanhará obrigatoriamente a máquina a que respeitar.

2 - O título de registo deverá conter os elementos identificativos referidos no nº 2 do artigo

Artigo 8º

(Averbamento)

1 - Em caso de transmissão de propriedade da máquina, deverá o adquirente requerer ao Secretário Regional Adjunto da Presidência o averbamento da transmissão no registo.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a) _____

b) _____

2 - O requerimento de averbamento conterà a identificação complete do adquirente e será acompanhado do título de registo da máquina e da documentação de venda ou cedência, com a assinatura do transmitente reconhecida pelos meios consentidos por lei.

Capítulo III

Exploração

Artigo 9º

(Proibição)

É proibida a exploração de máquinas que desenvolvam temas próprios dos jogos de fortuna ou azar ou apresentem como resultado pontuações dependentes exclusiva ou fundamentalmente da sorte, salvo na zona de jogo dos Açores prevista nos termos do Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de Dezembro, republicado em anexo pelo Decreto-Lei nº 10/95, de 19 de Janeiro.

Artigo 10º

(Obrigatoriedade)

A máquina só pode ser posta em exploração desde que disponha da correspondente licença de exploração.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a) _____

b) _____

Artigo 11º

(Período de validade)

A licença de exploração é anual e expira sempre em 31 de Dezembro.

Artigo 12º

(Requerimento)

1- A licença de exploração e requerida pelo interessado ao Secretário Regional Adjunto da Presidência.

2 - O requerimento deverá conter a identificação complete do interessado, número de máquinas e a localização do recinto onde se fará a exploração.

3 - O detentor da licença de exploração que pretenda continuar a actividade no ano seguinte deverá requerer nova licença.

4 - Se durante o período de validade da licença de exploração o interessado pretender explorar mais máquinas no recinto a que ela respeita, deverá requerer nova licença para o número total de máquinas que pretende explorar.

Artigo 13º

(Instrução do pedido)

O pedido será instruído com os seguintes documentos:

a) Título de registo da máquina, que será devolvido;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a) _____

b) _____

- b) Documento comprovativo do pagamento do imposto sobre o rendimento respeitante ao ano anterior;
- b) Documento comprovativo do pagamento dos encargos devidos a instituições de segurança social;
- c) Licença de utilização a emitir pela Câmara Municipal.

Artigo 14º

(Consulta)

1 - O Secretário Regional Adjunto da Presidência consultará a câmara municipal e a junta de freguesia da área da situação do recinto quanto à conveniência da concessão da licença de exploração, tendo em conta designadamente a adequada distância relativamente a estabelecimento de ensino.

2- O despacho será fundamentado quando não for concordante com qualquer dos pareceres referidos no número anterior.

Artigo 15º

(Recusa)

O Secretário Regional Adjunto da Presidência pode recusar, em despacho fundamentado, a concessão ou a renovação de licença de exploração, sempre que tal medida de policia se justifique para a protecção à infância e juventude, prevenção da criminalidade e manutenção ou reposição da segurança, da ordem ou da tranquilidade públicas.

- a) Departamento Governamental
- b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a)

b)

Artigo 16º

(Título de licenciamento)

A licença de exploração mencionará expressamente a entidade exploradora, a localização do recinto e período de validade, bem como o número de máquinas.

Artigo 17º

(Recinto)

- As máquinas só podem ser exploradas no interior de o ou estabelecimento previamente licenciado para a exploração exclusiva de jogos, o qual não pode situar-se nas proximidades de estabelecimentos de ensino.

- O recinto não pode comunicar com estabelecimento comercial ou parte de prédio que seja objecto de qualquer exploração.

3- É aplicável ao recinto o regime de horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais previsto no Decreto-Lei nº 48/96, de 15 de Maio.

4- No interior do recinto é proibido vender bebidas alcoólicas, sendo permitida a instalação de aparelhos destinados a venda de produtos ou bebida não alcoólicas, sem prejuízo do disposto no nº 2 do artigo 162º do Decreto-Lei nº 422/89, de 2 de Dezembro.

5 - É obrigatória a afixação, na própria máquina, em lugar bem visível, inscrição ou dístico contendo os seguintes elementos:

a) Número de registo;

b) Nome do proprietário;

- a) Departamento Governamental
b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a) _____

b) _____

- c) Prazo limite da validade da licença de exploração concedida;
- d) Idade exigida para a sua utilização;
- e) Nome do fabricante;
- f) Tema do jogo;
- g) Tipo de máquina;
- h) Número de fábrica.

Artigo 18º

(Interdição)

A prática de jogos em máquinas reguladas pelo presente diploma é interdita a menores de 16 anos, salvo quando, tendo mais de 12 sejam acompanhados por quem exerce o poder paternal.

Capítulo IV

Taxas

Artigo 19º

(Taxas)

O deferimento dos actos requeridos nos termos deste diploma obriga ao pagamento das taxas fixadas por portaria conjunta dos Secretários Regionais da Presidência para as Finanças e Planeamento e Adjunto da Presidência, as quais constituem receita da Região.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a)

b)

Capítulo V

Contra-ordenações

Artigo 20º

(Contra-ordenações)

1- As infracções ao presente diploma constituem contra-ordenação punida nos termos seguintes:

- a) Exploração de máquinas que desenvolvam temas próprios dos jogos de fortuna ou azar ou apresentem como resultado pontuações dependentes exclusiva ou fundamentalmente da sorte, reguladas pelo Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, com a coima de 250.000\$00 a 500.000\$00 por cada máquina, e acessoriamente, atenta a gravidade e frequência da infracção, apreensão e perda das mesmas a favor da Região;
- b) Exploração de máquinas sem registo, com coima de 250.000\$00 a 500.000\$00 por cada máquina;
- c) Falsificação do título do registo ou do título de licenciamento, com coima de 250.000\$00 a 500.000\$00;
- d) Exploração de máquinas sem que sejam acompanhadas do original ou fotocópia autenticada do título do registo, do título de licenciamento ou dos documentos previstos nos n.ºs 4 e 6 do artigo 19º do Decreto-Lei n.º 316/95, de 28 de Novembro, com coima de 20.000\$00 a 100.000\$00 por cada máquina;
- e) Desconformidade com os elementos constantes do título de registo por falta de averbamento de novo proprietário, com coima de 20.000\$00 a 100.000\$00 por cada máquina;



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a)

b)

f) Exploração de máquinas sem que o respectivo tema ou circuito de jogo tenha sido classificado pela Inspeção-Geral de Jogos, com coima de 100.000\$00 a 250.000\$00 por cada máquina;

g) Exploração de máquinas sem licença ou com licença de exploração caducada, com coima de 250.000\$00 a 500.000\$00 por cada máquina;

h) Exploração de máquinas em recinto ou estabelecimento diferente daquele para que foram licenciadas ou fora dos locais autorizados, com coima de 50.000\$00 a 200.000\$00 por cada máquina, e acessoriamente, atenta a gravidade e frequência da infracção, apreensão e perda das mesmas a favor da Região;

i) Exploração de máquinas em número superior ao autorizado no título de licenciamento, com coima de 50.000\$00 a 200.000\$00 por cada máquina, e acessoriamente, atenta a gravidade e frequência da infracção, apreensão e perda das mesmas a favor da Região;

j) Utilização de máquinas por pessoas com idade inferior a estabelecida, coima de 100.000\$00 a 500.000\$00;

k) Falta ou afixação indevida da inscrição ou dístico referido no n° 5 do artigo 17°, bem como a omissão de qualquer dos seus elementos, com coima de 50.000\$00 a 200.000\$00 por cada máquina.

2 - Nos processos de contra-ordenação podem ser aplicadas sanções acessórias previstas na lei geral.

3 - A negligência e a tentativa são punidas.

Artigo 21°

(Responsabilidade)

1- Para efeitos do presente diploma consideram-se responsáveis, relativamente as contra-ordenações verificadas:

- a) Departamento Governamental
- b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a) _____

b) _____

a) O proprietário da máquina, nos casos punidos pelas alíneas b) e e) do n° do artigo anterior;

b) O proprietário ou explorador do recinto, nas demais situações.

2 - Quando, por qualquer circunstância, se mostre impossível a identificação do proprietário de máquinas em exploração, considera-se responsável pelas contra ordens o proprietário ou explorador do recinto onde as mesmas se encontrem.

Artigo 22°

(Competência para aplicação das coimas)

A aplicação das coimas compete ao Secretário Regional Adjunto da Presidência e o produto das mesmas constitui receita da Região.

Artigo 23°

(Medidas de Policia)

1 - O Secretário Regional Adjunto da Presidência pode aplicar a medida de polícia de encerramento do recinto, bem como a de redução do seu horário de funcionamento, quando esse funcionamento se revele susceptível de violar a ordem, a segurança ou a tranquilidade públicas.

2- O despacho que ordenar o encerramento deve ser fundamentado e indicar os condicionalismos a satisfazer para que a reabertura seja permitida.

3- A licença concedida nos termos do presente diploma pode ser revogada a qualquer momento com fundamento na violação do presente regime, na inaptidão do seu titular para o exercício, bem como sempre que tal medida de polícia se justifique para manutenção ou reposição da ordem, segurança ou da tranquilidade públicas.

- a) Departamento Governamental
- b) Direcção Regional



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
GOVERNO REGIONAL

a)

b)

Capítulo VI

Disposições finais

Artigo 24°

(Fiscalização)

A fiscalização da observância do disposto no presente diploma, bem como a instrução dos respectivos processos contra-ordenacionais, compete à Polícia de Segurança Pública, sendo a Inspeção-Geral de Jogos o serviço técnico consultivo e pericial.

Artigo 25°

(Modelos)

Os impressos próprios referidos no presente diploma serão aprovados por portaria do Secretário Regional Adjunto da Presidência.

Artigo 26°

(Revogação)

É revogado o Decreto Legislativo Regional n° 14/86/A, de 10 de Julho.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Velas, São Jorge, 15 de Fevereiro de 2000

O Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos Manuel Martins do Vale César.

- a) Departamento Governamental
- b) Direcção Regional